

Vocações diaconais: dom e desafio

O diaconado permanente na Diocese do Porto

No presente momento, frequentam a formação para o diaconado permanente para a Diocese do Porto setenta e cinco homens, oriundos de cinquenta e cinco Paróquias e da Pastoral da Saúde. Todos foram apresentados por um sacerdote e, numa significativa maioria dos casos, foi o mesmo sacerdote (quase sempre o pároco) que se fez voz do chamamento à vocação ao ministério ordenado no diaconado. Se alguns já o esperavam há anos, a maior parte destes aspirantes à ordem diaconal iniciaram o processo de discernimento no ano de 2007, com a proposta do pároco. Esta, seguiu o convite enviado por D. Manuel Clemente aos párocos da diocese, em 10 de Junho de 2007, tirando a formação de diáconos para a diocese do impasse em que se encontrava desde que, em 1992, tinham sido ordenados os primeiros diáconos permanentes. Em pouco mais de um ano a realidade do ministério diaconal ordenado, na Diocese do Porto, ganhou uma nova expressão, que os números evidenciam. Por isso comecei com números este testemunho, que me é pedido na qualidade de Delegado Episcopal para o Diaconado Permanente e responsável pela formação de novos diáconos. Esta verdadeira novidade, é acolhida como dom e graça de Deus para a igreja diocesana, mas é também, em cada dia, um fortíssimo repto ao modo de entender e viver a Igreja e à responsabilidade de conceber, dirigir e acompanhar todo o processo. Seria impossível sustentá-lo sem o testemunho de confiança inabalável de D. Manuel e sem a colaboração em equipa do Pe. Dr. Adélio Fernando de Lima Pinto Abreu e do Diácono Joaquim António Freitas Soares.

Receber quase setenta propostas de inscrição no primeiro ano e dezassete no segundo, é uma situação excepcional. O longo interregno na formação, parece explicá-la, mas não basta. Há que acrescentar o caminho

aberto pelos primeiros diáconos permanentes, em quinze anos pioneiros de um ministério nem sempre bem compreendido, nem sempre bem vivido, mas indiscutivelmente fecundo. Somemo-lhe a crescente abertura dos presbíteros à cooperação com os diáconos, e o inevitável, ainda que arriscado, lugar de suplência que vão tomando, face à rarefacção do presbitério. Consideremos ainda o surgir de diáconos em quase todas as dioceses portuguesas, concedendo algumas uma forte expressão numérica e de missão, a este ministério, antigo mas novo, muito novo. Se aqui juntarmos a riquíssima participação laical na missão da Igreja diocesana, que o perfil dos aspirantes recebidos bem testemunha, temos o terreno favorável onde o convite de D. Manuel Clemente encontrou tão abundante resposta. Longe vai a segunda metade dos anos oitenta, em que ressoou o primeiro chamamento ao diaconado, pela palavra de D. Júlio Tavares Rebimbas, então Bispo do Porto.

Os inícios do diaconado permanente no Porto

Desde que o Concílio Vaticano II abriu caminho à ordenação de diáconos permanentes, no nº 29 da Constituição dogmática *Lumen Gentium*, que em Portugal se fez sentir o desejo de avançar nesse ministério. Em finais dos anos sessenta, a Conferência Episcopal Portuguesa começou o processo de pedido à Santa Sé da instituição do Diaconado Permanente para as dioceses portuguesas. A resposta positiva da Santa Sé veio em Novembro de 1979, no mesmo mês em que se realizou uma Semana Nacional de Reflexão Teológico-Pastoral sobre o Diaconado Permanente, em Fátima. As primeiras ordenações vieram a acontecer no Funchal e em Setúbal em 1984, seguindo-se Braga e Lisboa, em 1987, Aveiro em 1988 e Angra do Heroísmo e Évora em 1990.

Ao reconstruir uma memória, pelo testemunho dos actuais diáconos e pela leitura da Voz Portucalense, encontro uma carta de D. Júlio Tavares Rebimbas aos padres da diocese, em Julho de 1986, onde, faz eco do Colóquio Nacional de Paróquias, que incentivara a promoção da variedade de serviços e carismas, funções e ministérios, referindo entre eles os diáconos permanentes. Logo depois, a 27 de Novembro, D. Júlio nomeia Responsável do Diaconado Permanente o Pe. Dr. Carlos Alberto Moreira de Azevedo. O tema lança-se na diocese com três artigos do Pe. Dr. Carlos Azevedo na Voz Portucalense e uma entrevista do mesmo na Rádio Renascença em início de 1987, antecedidos de uma reunião dos padres responsáveis do diaconado nas dioceses do norte, com o Bispo responsável pelo Diaconado, D. Albino Cleto, em Dezembro de 1986, no Seminário Maior do Porto. A questão é levada ao Conselho Presbiteral de Fevereiro de 1987 e debatida na sessão de Julho,

com um documento preparatório e uma intervenção do Director Nacional do serviço do Diaconado Permanente, Dr. Manuel Ferreira de Araújo. Na mesma ocasião recebe opinião favorável a que se comece, *com critérios rigorosos na selecção de candidatos*. O ano seguinte, parece ter-se passado na procura de candidatos que surgiram por proposta de párocos, do Bispo diocesano em diversas celebrações e do sacerdote responsável pelo diaconado aos alunos do Centro de Cultura Católica.

Em decreto de 10 de Julho de 1988, D. Júlio rectifica a nomeação do Dr. Carlos Azevedo como Delegado Episcopal para o Diaconado Permanente, mandando que a ele se dirijam os candidatos e os párocos, para tudo o que ao diaconado se refira. Em Dezembro de 1990 o Bispo viria ainda a nomear seus colaboradores o Dr. António Taipa e o Dr. Jorge Cunha, perante a necessidade da orientação e formação dos candidatos ser assumida por uma equipa. O processo formativo inicia-se em Novembro de 1988, num encontro do Bispo com catorze aspirantes e o Delegado, na Casa Episcopal, e prolonga-se por quase quatro anos, cumprindo a formação indicada pela Conferência Episcopal, incluindo momentos de retiro e de encontro com as esposas. Nele prosseguem dezasseis homens casados e três viúvos, percorrendo as diversas etapas previstas. São instituídos Leitores em Julho de 1991 e Acólitos em Novembro desse mesmo ano, ano em que são publicadas as *Orientações Diocesanas de Pastoral* que apontam o perfil das futuras missões diaconais. São admitidos como candidatos às Ordens Sacras em Março de 1992 e, reduzidos a dezoito, são ordenados Diáconos a 26 de Abril do mesmo ano. Registe-se que em Julho de 1991 a Voz Portucalense dá conta da promessa de que um novo grupo de formação iria começar. Mas tal não aconteceu, ainda que tenham surgido possíveis candidatos e tenham mesmo iniciado estudos teológicos.

Nos anos seguintes a tarefa que ficou registada na memória foi a de estruturar uma formação permanente, que acompanhasse o primeiro impacto dos diáconos com as suas missões, quase sempre em paróquias. Este início do ministério diaconal ficou marcado pelas dificuldades próprias de uma realidade nova, pouco conhecida e compreendida. Não podemos, no entanto, deixar que as dificuldades escondam os bons frutos que se foram produzindo. Entretanto, o Pe. Dr. Carlos Azevedo é nomeado pároco, deixando de haver Delegado Episcopal desde meados de 1995. Pede-se formação ao Secretariado Diocesano de Liturgia e o Senhor D. Gilberto Canavarro, Bispo auxiliar, passa a acompanhar a questão, enquanto que as iniciativas de formação vão sendo acolhidas com dificuldade.

Em 21 de Setembro de 1998, D. Armindo Lopes Coelho nomeia Delegado Episcopal o Pe. Dr. João da Silva Peixoto, que já vinha a trabalhar na formação

permanente. Este encontra o grupo dos diáconos a viver um certo desencanto, face a algumas expectativas muito altas e a dificuldades de aceitação, tanto entre o clero como nas comunidades de fiéis. Uma vez mais, tal desencanto não pode esconder os lugares em que o ministério diaconal foi dando passos firmes e frutíferos, nem a confiança de que essas dificuldades se poderiam superar. Depois de um balanço rigoroso da situação dos diáconos na Diocese, o Delegado estruturou a formação permanente estabelecendo um ritmo de encontros mensais, que hoje se mantém, e lançou, com os diáconos, iniciativas oportunas: umas Jornadas de Formação para diáconos em Junho de 2001 e umas Jornadas Diocesanas sobre o diaconado no 10º aniversário da ordenação. São duas iniciativas de assinalar, pela qualidade dos intervenientes e pela oportunidade dos temas, ainda que a segunda, aberta a todos os diocesanos, tenha colhido pouca adesão, como ficou registado na *Voz Portucalense*. Ainda neste jornal são publicados vários artigos sobre o tema do diaconado, da responsabilidade do Secretariado Diocesano de Liturgia. Foi trabalho persistente, que frutificou em novo ânimo para a missão. O Pe. Dr. João Peixoto, também enfrentou a possibilidade de recomeçar a formação de diáconos, agora à luz das *Normas fundamentais para a formação dos diáconos permanentes*, da Congregação para a Educação Católica, publicadas em Fevereiro de 1998.

Se os primeiros documentos sobre a ordem diaconal, após o Concílio Vaticano II, assentavam, sobretudo, nas funções do diácono e na memória longínqua do passado do diaconado, a experiência de alguns anos a formar diáconos para o tempo presente, trouxe à luz um documento mais amadurecido e clarificador. A referência ao passado próximo, não passa muito do lugar litúrgico do diácono e o passado mais remoto, sendo mais rico, não deixa de arriscar o anacronismo. Daí a importância deste documento que começa a delinear um rosto novo e actual para o ministério, assente em experiências formativas testadas, e num ministério que se vai tornando na Igreja sinal sacramental de Cristo Servo, ao ser exercido por homens que n'Ele encontram o seu rosto comum, na diaconia da caridade, na diaconia da palavra e na diaconia da liturgia. Será a reflexão sobre o ministério vivido, com os seus sucessos e desaires, a orientar a compreensão do que o Concílio quis, ao retomar o diaconado.

À luz destas *Normas*, o Delegado Episcopal propôs uma formação que assentasse na responsabilidade de uma equipa, dirigida por alguém distinto do Delegado para os diáconos (já ordenados), e que encontrasse um lugar de formação teológica alternativo à Universidade Católica, que nem todos poderiam frequentar, mas que cumprisse as condições do documento orientador. O intento de recomeçar é reafirmado em 2002, na sequência

das Jornadas Diocesanas, e, em entrevista à *Voz Portucalense*, o Dr. João Peixoto, também Director do Centro de Cultura Católica, anuncia que o Curso Básico de Teologia se complementará, para servir a este fim. Mas de todo este trabalho persistente, nunca chega a surgir um processo formativo estruturado e contínuo. Em 1999 são três os possíveis candidatos e outros se lhes vão juntando, fazendo estudos académicos e procurando envolver os seus párocos na questão. Assim conheci o diaconado na diocese quando, em 11 de Dezembro de 2004, fui nomeado para substituir o anterior Delegado, entretanto nomeado pároco. Encontrei uma tarefa de formação permanente e acompanhamento dos diáconos bem lançada e oito "pré-candidatos" à espera de algo mais.

Os diáconos permanentes do Porto, hoje

Dos dezoito diáconos ordenados em 1992, dois faleceram, um não exerce o ministério por doença e um foi transferido para a Diocese de Aveiro. Os restantes consolidaram um exercício ministerial em paróquias, em capelarias hospitalares, na comunicação social diocesana e em serviços vicariais, a par de uma vida familiar e profissional de cristãos comprometidos e fortalecidos pelo sacramento da Ordem. Ao longo destes anos cresceu nas comunidades em contacto com diáconos, a consciência da sua importância e lugar próprio. Se, muitas vezes, são vistos pela perspectiva da utilidade, face aos serviços litúrgicos que prestam, o Espírito Santo não deixa de fazer crescer uma consciência mais funda do sinal de Cristo Servo que são, pelo sacramento da Ordem.

Com um balanço claramente positivo de um serviço longo e experimentado, os seus trajectos não deixaram de registar dificuldades. A par de casos muito bem sucedidos de longa e fecunda cooperação com os párocos, também aconteceu o oposto. A aceitação dos fiéis de que determinada celebração seja presidida por um diácono vai crescendo, mas ainda está longe de ser visto como normal na generalidade dos lugares, até porque grande parte dos fiéis nunca contactou com um diácono e só o consegue situar por referência ao padre. Dos casos de períodos de "desemprego" pastoral, aos de sobrecarga e activismo, há de tudo um pouco, mas há, sobretudo, uma enorme generosidade e firme sentido de missão. Enfrentando um tão longo período sem novas ordenações, vivem um certo desgaste, visível na relação com a formação permanente e com o serviço à liturgia da Catedral, realizado por poucos, pois a implicação com a vida das paróquias, felizmente, cresce. O seu estatuto económico viu-se em questão, sobretudo face a dificuldades laborais, com períodos de desemprego. O matrimónio e o celibato

dos não casados, enfrentou-se com as naturais dificuldades. Nada que não seja inerente à vivência do ministério ordenado na Igreja, com as notas características do diaconado. Nada de muito inesperado. Senão, como entender tão bom acolhimento dos párocos ao recomeço da formação

O recomeço da formação

Desde que assumi a missão de Delegado Episcopal para o Diaconado Permanente, que a questão mais difícil de gerir foi a de um recomeço da formação para novas ordenações. Qual o processo para renovar o interesse do clero diocesano pelo diaconado e qual o processo e os critérios de admissão? Em que equipa assentar o processo formativo? A que instituição confiar a formação académica, tornando-a um processo contínuo? Qual a relação da formação de novos diáconos com a formação e acompanhamento dos já ordenados? Questões urgidas por vários "pré-candidatos", que iam concluindo a formação teológica, sem nenhuma outra, específica do ministério diaconal. Somado o tempo de conhecer a situação ao impasse entre avançar caso a caso, ou esperar por um processo mais estruturado e, de certo modo, institucionalizado, chegamos a 2007.

As mesmas questões são colocadas ao Senhor D. Manuel Clemente, no início do seu ministério Episcopal no Porto. Manifestando um claro entusiasmo pelo ministério diaconal, muito assente no acompanhamento do diaconado permanente na diocese de Lisboa, D. Manuel entende que o processo de formação fique entregue ao Delegado Episcopal, frente a outras possibilidades. Determina que a formação teológica assente como mínimo no Curso Básico de Teologia do Centro de Cultura Católica, devidamente adaptado, e que o seu director, Pe. Dr. Adélio Abreu, integre um trabalho de equipa comigo e com o Diácono Freitas Soares. Fica ainda claro que nenhum candidato será aceite sem que o seu pároco o apresente e acompanhe.

Entretanto, o Bispo levanta a questão do relançamento da formação de diáconos nos encontros com os sacerdotes em cada vigararia e, perante o acolhimento favorável, decide avançar imediatamente, com carta aos párocos, de 10 de Junho de 2007, onde define os critérios de admissão. Na mesma ocasião os chamados pré-candidatos, em tão longa espera, foram remetidos a nova apresentação dos párocos, de modo a integrá-los num processo adequado. Em tudo fica claro o lugar insubstituível dos párocos, na escolha, acompanhamento e formação de novos diáconos. Sendo pessoas integradas numa vida familiar e profissional e numa comunidade cristã, são a família e a paróquia, sob a responsabilidade do seu pároco, as instituições formativas

mais próximas. Conscientes do quanto necessitamos da colaboração dos párocos, temos procurado reunir no início de cada ano, com todos. E temos a alegria de registar a muito elevada participação e o interesse próximo com que cada candidato é acompanhado.

Até Outubro de 2007, foram recebidas quase setenta propostas, sendo cada um ouvido ao longo dos dois meses seguintes. Desse diálogo resultou um grupo de cinquenta e nove aspirantes, que iniciaram os encontros de discernimento do ano propedêutico, em 26 de Janeiro de 2008, num encontro de aspirantes e esposas com o Bispo diocesano. Os encontros prosseguiram em ritmo mensal até Julho de 2008, terminando na opção entre continuar os encontros de discernimento em 2008-2009 ou iniciar aí a formação teológica. Deste grupo de cinquenta e nove, dezoito já tinham iniciado os seus estudos, tanto no Curso de Ciências Religiosas (CCR), como no Curso Básico de Teologia (CBT). Dos restantes inscreveram-se sete no CCR e vinte nove no CBT. Dois suspenderam o processo e três optaram por prosseguir o trabalho propedêutico, juntamente com os dezassete novos aspirantes que os párocos apresentaram para iniciar o discernimento em Outubro de 2008, totalizando setenta e cinco formandos. Aos que já concluíram os estudos teológicos ou os venham a concluir até Junho de 2010, será possível a ordenação no segundo semestre desse ano, atendendo a que neste grupo se incluem os que reflectem nesta vocação desde há vários anos. Todos estes formandos, chegam com a marca de um laicado muito comprometido e activo, na vivência de uma fé provada na vida familiar e profissional. Quase todos têm uma relação próxima com os seus párocos, e, se o nível de resposta à proposta revela essa confiança, eles não escondem esperanças e inquietações que reflectem o conhecimento do percurso dos primeiros diáconos ou a falta dele. Em tudo sobressai uma grande confiança no pároco e no Bispo.

Perfil dos candidatos

Perante um grupo tão numeroso, parece interessante e possível ensaiar um perfil, ao modo de comentário. Um pouco mais de metade dos aspirantes vêm da área metropolitana do Porto, o que não andarão longe da distribuição da população. A outra metade provém de fora do contexto mais urbano, ainda que este conceito de urbanidade seja difícil de precisar na realidade diocesana. Mais significado tem, perceber que há aspirantes do extremos mais inacessíveis da diocese, como Baião, Castelo de Paiva e Arouca, e representam quase todas as áreas da diocese. Sabemos que algumas zonas adiaram a proposta em reflexão conjunta, ou então esperam a evolução de experiências positivas e clarificadoras.

A sua média etária situa-se nos 52 anos, o que dá uma ideia da maior proporção dos que são profissionalmente activos face aos reformados. Esta média surge entre o mínimo de 31 anos e o máximo de 72, sendo que ninguém se ordenará antes dos 35 e só iniciam a formação depois dos 70 na situação excepcional de ter esperado este recomeço. As profissões que exercem são muito variadas, como se pode esperar, e reflectem a formação académica. Há-os também, num pequeno, mas significativo número, que são profissionais dentro do âmbito paroquial, tanto no atendimento, como na área social. Como há professores de Educação religiosa e moral católica, e de outros âmbitos, do ensino básico, à universidade.

A sua formação académica pode distribuir-se em três partes iguais, entre o nível universitário, o secundário e o básico (9º ano ou equivalente). Note-se que há um pequeno grupo que concluiu o 9º ano na senda das Novas Oportunidades e que, se contarmos a frequência sem atender à conclusão, o universitário tem a primazia. Neste contexto universitário, são vários os que já têm a formação teológica concluída, mesmo com Licenciatura ou até Mestrado. E deste dado se pode intuir que vários tiveram uma experiência passada de seminário, mesmo nos que ficaram pelos ensino secundário.

São quatro os aspirantes chamados ao celibato, dois solteiros e dois viúvos. Os restantes são casados, com uma média de dois filhos por família (numa variação de zero a cinco). Nada de muito diferente do que se pode esperar na população portuguesa, ainda que a média de filhos seja algo superior à nacional.

A actividade apostólica que exercem, é, como já disse, um testemunho eloquente da vitalidade do laicado portugalense. A grande maioria recebeu com surpresa a proposta do seu pároco. Tudo o que fazem nas suas comunidades, decorre do seu Baptismo, confirmado num testemunho de fé, na condição consciente de leigos. A missão que exercitam, nasce da fonte da Eucaristia, e a ela conduz. Podemos preocupar-nos porque alguns tomaram a iniciativa, mas sempre os párocos a confirmaram. Podemos também preocupar-nos pelo risco de serem à imagem do pároco, mas a vocação sempre se faz sentir por mediações humanas. E o Espírito é soberano. Mesmo entre os que frequentaram seminários, poucos se tinham voltado a questionar sobre o sacramento da Ordem. Por isso, foram surpreendidos pela proposta do pároco, que acolheram com comoção e gravidade.

São muitos os que manifestam algum receio de perder a alegria que experimentam como leigos comprometidos. Receiam ainda as dificuldades inerentes a um ministério pouco definido e pouco conhecido na vida eclesial, e que isso venha a alterar a boa relação com o pároco. Receiam tanto o funcionalismo como a inutilidade, perguntando, e é uma pergunta saudável,

que lhes trará de novo o sacramento da Ordem. E muitos receiam a alteração da vida familiar, a insuficiência da formação e a falta de capacidade para responder a este chamamento. São receios que não assustam, ao contrário do voluntarismo. Por isso aceitaram o desafio com sentido de missão, muitas vezes assente numa forte relação pessoal com o pároco. Isto os questiona fortemente, face à dimensão de missão que é preciso despertar, para poder ser enviado a comunidades que não a sua comunidade de fé.

É nessa comunidade que celebram a fé e nela se comprometem em inúmeros e variados serviços. A grande maioria são ministros extraordinários da comunhão, além de servirem a liturgia como leitores, cantores ou directores de coro ou acólitos. Mais de metade dedica-se ou dedicou-se à catequese, e são muitos os que trabalham na preparação para os sacramentos do Matrimónio e do Baptismo. Menos em número, o que merece atenção, são os que se dedicam às instituições de serviço caritativo, e aos diversos Conselhos de cariz administrativo ou pastoral. É uma longa lista, esta, que inclui a participação activa em vários movimentos e uma não menos significativa participação em actividades associativas não eclesiais. Ao conhecer estas vidas de dedicação laical, longa e estável, não podemos deixar de voltar a perguntar sobre a conveniência de instituir homens nos ministérios de Leitor e Acólito (e porque não outros?), fazendo disso caminhos para o diaconado. A designação de ministros extraordinários da comunhão e de ministros para a orientação de celebrações dominicais na ausência do presbítero, não deveria enfraquecer a proposta da Igreja de instituir nesses ministérios, afinal já vividos, e que muito beneficiariam de uma formação adequada.

Critérios de selecção

Sendo os diáconos chamados à missão da Igreja universal no serviço da igreja diocesana, sabemos que será muitas vezes em ambiente paroquial e em cooperação com a ordem presbiteral que viverão o seu ministério. Além disso, a sua condição familiar e profissional leva a que seja a paróquia de origem um lugar de formação imprescindível. Tudo leva a que, mesmo não havendo qualquer compromisso de que venha a ser na paróquia de origem que exerçam o ministério, seja sempre essa a sua comunidade de fé, onde se insere a sua família, e onde o futuro diácono se forma. Por isso é aos párocos que se confia a primeira selecção de aspirantes, sem excluir que possam ser apresentados por outros sacerdotes ao serviço da diocese. Em carta aos párocos de 10 de Junho de 2007, D. Manuel Clemente recolhe das *Normas fundamentais para a formação dos diáconos permanentes*,

alguns dos critérios a ter presentes na selecção de possíveis aspirantes ao diaconado permanente:

- Entre as qualidades humanas assinalam-se: a maturidade psíquica, a capacidade de diálogo e de comunicação, o sentido de responsabilidade, a diligência, o equilíbrio e a prudência.
- Dentre as virtudes têm particular importância: a oração, a piedade eucarística e mariana, um sentido da Igreja humilde e acentuado, o amor à Igreja e à sua missão, o espírito de pobreza, a capacidade de obediência e de comunhão fraterna, o zelo apostólico, a disponibilidade ao serviço, a caridade para com os irmãos.
- Além disso, os candidatos ao diaconado devem estar vitalmente inseridos numa comunidade cristã e ter já exercido com louvável empenho as obras de apostolado.
- Quando se trate de homens casados, com não menos de 35 anos, é necessário atender a que sejam promovidos ao diaconado os que, vivendo desde há muitos anos no matrimónio, tenham demonstrado saber dirigir a própria casa e tenham mulher e filhos que levem uma vida verdadeiramente cristã e se distingam por uma reputação honesta.
- Para além da estabilidade da vida familiar, os candidatos casados não podem ser admitidos se antes não constar não só do consentimento da mulher, mas também da sua honestidade cristã e da presença nela de qualidades naturais que não constituam impedimento, nem desdigam do ministério do marido.
- A habilitação escolar mínima para aceder à formação para o diaconado é o 9º ano.
- A estes critérios, a prática de acolhimento dos aspirantes, levou a entender que, sem haver uma idade máxima, se deve ter em conta uma formação mínima de quatro anos e o limite referencial para o exercício do ministério ordenado nos setenta e cinco anos. Também o conceito de muito tempo na vivência do matrimónio é muito vago. Ainda que a Santa Sé tenha indicado, em 1979, uma referência de cinco anos, para as dioceses portuguesas, são várias as experiências que aconselham a ter como referencial mínimo os dez anos de vivência matrimonial à data da ordenação.

Percurso Formativo

O percurso de formação tem vindo a ser construído passo a passo, no respeito pelas normas da Igreja, adequando-o às circunstâncias particulares. Quase todas as pessoas que aceitaram este desafio, estão fortemente implicadas

na vida paroquial e, mesmo moderando essa participação, têm que conjugar família, profissão, paróquia com a formação diaconal. Deixando os conceitos de cada fase de formação para uma consulta às *Normas fundamentais*, limito-me a descrever a actual prática diocesana.

Apresentação

O processo inicia-se com a apresentação da proposta, por um sacerdote, a que se segue um contacto pessoal. Deste decorre um primeiro discernimento, muito circunstancial, que leva, ou não, à aceitação da pessoa proposta como aspirante ao diaconado.

Tempo propedêutico

Uma vez aceite como aspirante, integra-se no grupo propedêutico, para um período mínimo de um ano de discernimento vocacional, acompanhado pela equipa responsável. Numa tarde de sábado por mês, na Casa da Torre da Marca, desenvolvem-se temas de aprofundamento da natureza do ministério diaconal, do ponto de vista, da teologia, da espiritualidade e da história. O ano inclui ainda um fim de semana de retiro e um convívio final com as famílias. As esposas são chamadas a estar presentes em pelo menos dois destes momentos.

Tempo da formação

Segue-se, no caso de um discernimento positivo, o período de formação académica e ministerial, cujo início anda de perto com o pedido de admissão como candidato. Mediante o rito litúrgico próprio, o aspirante será, oportunamente, admitido entre os candidatos à sagrada ordem do diaconado. Este período, durará o mínimo de três anos, cumprindo as mil horas de formação e o plano de estudos estabelecido pela Congregação para a Educação Católica. As propostas de formação, passam pelo Curso de Teologia e a Licenciatura em Ciências Religiosas da Universidade Católica, e pelo Curso Básico de Teologia, do Centro de Cultura Católica, que foi ajustado ao plano de estudos para o diaconado. A escolha de um dos percursos é feita atendendo à disponibilidade de tempo e financeira e ao percurso escolar anterior do candidato. A possibilidade de formação à distância é estudada caso a caso.

Neste mesmo tempo, continuam os encontros numa tarde de sábado por mês, com conteúdos de formação para os ministérios de leitor e acólito e um

plano de formação para o ministério diaconal, no âmbito espiritual e pastoral. Atende-se em especial ao que respeita à dimensão da caridade, ao anúncio da palavra, à celebração litúrgica, à oração pessoal e ao sentido de missão. Há ainda lugar para dois momentos de retiro e um convívio final de todos os que estão, de algum modo, ligados à ordem diaconal e suas famílias.

Ministérios laicais e Ordenação

No decorrer destes três anos, que antecedem a ordenação, devem pedir sucessivamente a instituição nos ministérios laicais de leitor e acólito. Sendo aceite, neles serão instituídos, mediante o rito litúrgico próprio, guardando os tempos razoáveis para o exercício de cada um deles. Finda a formação académica e ministerial, segue-se, após o tempo de estágio conveniente, a ordenação diaconal.

Formação pós-ordenação

Na medida em que vamos avançando no processo, podemos ver que estes quatro anos de formação, muito limitados pelo processo em construção e pelo número e circunstâncias pessoais dos candidatos, não esgotarão a formação mínima. Lembremos a sua vida familiar e profissional, lembremos que vários, felizmente, vêm de muito longe, com grande sacrifício. Face à vastidão de conhecimentos a adquirir e temáticas para reflectir e assimilar, antecipo a necessidade de uma formação pós-ordenação. Será o tempo de acompanhar o início do exercício do ministério e complementar a formação em diálogo com a prática pastoral. Quanto à sua duração, nada posso adiantar, senão a cifra imaginada (e testada noutros lugares) de uns três anos.

Formação permanente

Continuará este processo num tempo de formação permanente, que, vindo já a acontecer há muitos anos, com regularidade mensal e algumas actividades pontuais, nos desafia a redefinir o tempo, a periodicidade e o modo de o fazer. Além da dimensão formativa, tem sido e continuará a ser lugar de encontro, partilha e acompanhamento, necessário acima de todos os obstáculos.

Missões pastorais

Quanto à missão ou missões que assumirão os novos diáconos, serão certamente aquelas que cabem no que é dito pelo *Directório do ministério*

e da vida dos diáconos permanentes, da Congregação para o Clero, sob o chamamento do Bispo diocesano. Na carta aos párocos de Junho de 2007, D. Manuel Clemente, em referência ao Concílio, situa a vocação ao diaconado na perspectiva da *corresponsabilidade e diversificação carismática e ministerial da Igreja, essencial à maturidade das comunidades*. No mesmo texto refere a *conveniência de dispor de ministros ordenados que, dentro do que lhes é específico, colaborem com os presbíteros no serviço das nossas comunidades, muito numerosas e crescentemente desprovidas de sacerdote exclusivo*. Ainda D. Manuel, na Missa Crismal de 2008, manifesta a sua felicidade pela *adesão geral do clero do Porto ao relançamento da formação para o diaconado permanente*, e diz que *daqui a alguns anos ir-se-ão generalizando pelas paróquias e vigararias estes preciosos colaboradores do presbitério, com tanta aplicação no plano da pregação, dos sacramentos e da acção sócio-pastoral*. Com as palavras do Bispo diocesano, creio que fica suficientemente definido o perfil da missão para os diáconos permanentes, no Porto.

Dom e desafios

A missão de dirigir e acompanhar a formação de novos diáconos, a par da direcção espiritual no Seminário Maior, tem gerado uma nova consciência pessoal do dom dos ministérios ordenados para a Igreja. Tenho vindo a descobrir o valor do diaconado permanente, sem que sinta ensombrar-se o lugar insubstituível do ministério sacerdotal ordenado, muito pelo contrário. Ao procurar um entendimento do diaconado, que não se oriente pelo funcional, nem mesmo em situação de complementaridade, tenho reconsiderado a sacramentalidade dos ministérios ordenados, como sinais vivos de Cristo. A representação sacramental de Cristo não se esgota em nada nem em ninguém, senão n'Ele próprio. Assim, tenho redescoberto e aprofundado a minha vocação ao ministério presbiteral, na participação do ministério episcopal, representando como sacramento a Cristo, Cabeça e Pastor, ao mesmo tempo, que descubro no diácono a representação sacramental do Cristo Servo, Cristo Diácono. Vinda da mesma plenitude episcopal, mas sem o específico do sacerdócio ministerial. Para que servem os diáconos? Para ser sinal d'Aquele que *está entre nós como quem serve*. Mas são só eles os servidores? E seremos só nós, presbíteros e bispos, os sacerdotes, os profetas, os pastores? Não serão todos os ministros ordenados fortalecidos com a graça do Espírito Santo, no sacramento da Ordem, para que todos os baptizados cresçam à imagem de Cristo, Sacerdote, Profeta e Rei?

Os ministérios ordenados não se podem medir pela utilidade. São da ordem

da Graça. Os serviços que prestam não são, nunca, questão de exclusividade. São para levar a que todos o façam. Até a Eucaristia que celebramos em cada dia, quer levar todos a participar, imolando-se, da única Eucaristia de sempre, a de Cristo na Cruz. Não há exclusividade, há Sinais a chamar à Comunhão e à Missão. Cada qual com diferentes acentuações, todos para o mesmo e único Povo. Os ministros ordenados, estão ao serviço da santificação de todo o Povo de Deus, até à estatura do Homem Novo. Por isso, não são acolhidos como dom e não exigidos como funcionários. Os sacramentos são acções de Deus e da Igreja, são dom, não são direitos. E há pessoas-sacramento, pela graça de Deus, com e sem a graça da Ordem.

Decerto que educar nesta dimensão sacramental é o maior dos desafios. A cultura presente, compreende com dificuldade a linguagem do símbolo, e, quando a linguagem se estreitece, algumas coisas não podem ser ditas. Educar para a sacramentalidade da Igreja, creio que é este o desafio maior que se coloca a todos, não só para a compreensão do diaconado, mas também para o despertar de vocações sacerdotais.

Claro que este dom de vocações diaconais traz outros desafios. O mais imediato decorre do grande número de candidatos a acompanhar e formar, face à dimensão da equipa formadora e ao escasso tempo disponível para levar a cabo tão grave tarefa. Com um processo que se vai construindo em acção, são muitos os imprevistos e muitas as falhas. A coincidência na mesma pessoa da responsabilidade de formar novos diáconos e de acompanhar os já formados, pede atenção, para não perder a formação permanente. Repensá-la sem a perder, é outro desafio. Os actuais diáconos encaram com muito ânimo o surgir de outros companheiros, mas sabem que isso virá modificar o estatuto presente. Ainda que esta mudança corresponda ao desejo de sempre, de um crescimento da ordem diaconal, não só numérico, há receios e mesmo ciúmes que é necessário desfazer e tranquilizar. Também estes sentem o desafio.

Há ainda receios, que são, também, desafiadores. E se alguns entenderem a ordenação como poder, ou a procurarem como substituto de uma vocação sacerdotal frustrada? E se o diaconado se tornar profissão? Que acontecerá quando os presbíteros passarem, ao sabor das nomeações, e os diáconos permanecerem? E se a multiplicação indiscriminada de celebrações dominicais na ausência de presbítero, afastar os fiéis do sentido profundo da Eucaristia, mistério celebrado? Mas, afinal, mesmo sem diáconos, essas celebrações encontram-se hoje ao lado da missa, na mesma cidade, na mesma igreja, às vezes na mesma paróquia à mesma hora a poucos metros, e mesmo deixam de ser dominicais, para se tornarem feriais. E bem podia continuar.

Há desafios para todos, em abundância. Para os presbíteros que deverão descobrir nos diáconos verdadeiros cooperadores, em comunhão, e não

apenas ministros suplentes para algumas celebrações, que também o podem ser. O diaconado será o que forem os diáconos, mas estes serão, em grande medida, o que os sacerdotes quiserem. E desafios para os cristãos das comunidades eclesiais, pois é fundamental que acolham os diáconos com fé (fé no sacramento da Ordem), como dom de Deus. Se nos deixarmos tentar pela ideia de que os ministros e os seus serviços, são direitos, não poderemos senão acabar a recrutar funcionários. A rarefacção do presbitério, não ganha em ser vista como escassez de clero. Ninguém se sente chamado para preencher um quadro de funções presbiterais, expressão dos muitos serviços, sobretudo litúrgicos a que nos acostumamos.

A verdade é que, a quarenta anos do Concílio, ainda estamos no início. E o diaconado é algo a nascer, de que ainda não conhecemos a real dimensão. Abramo-nos ao dom de Deus, que é maior, muito maior, do que possamos imaginar, Graças a Deus.

Pe. Joaquim Santos

Delegado Episcopal para o Diaconado Permanente da Diocese do Porto